

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

CONTRATO Nº [●]/2025

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025

ANEXO J

PENALIDADES

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A CONSTRUÇÃO, REFORMA, ADEQUAÇÃO,
MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, GESTÃO E OPERAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO
CAMPOS ELÍSEOS

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES INICIAIS.....	3
2. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
3. ADVERTÊNCIA.....	6
4. MULTA	6
5. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11
6. PROCEDIMENTO	13
7. CÁLCULO DAS PENALIDADES	16
8. VALORES E TIPIFICAÇÃO DAS CONDUTAS.....	17

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

1. INFORMAÇÕES INICIAIS

1.1. A aplicação das penalidades seguirá o regramento e os valores apresentados neste ANEXO, observadas as normas gerais da Cláusula 45 do CONTRATO e da legislação aplicável.

1.2. A ARSESP poderá, além de aplicar a penalidade à CONCESSIONÁRIA após o devido processo legal, exigir a devolução de eventual benefício financeiro que a CONCESSIONÁRIA tenha auferido, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.

1.3. O presente ANEXO, em complemento ao CONTRATO, objetiva definir as condutas infratoras e as respectivas penalidades a que a CONCESSIONÁRIA estará sujeita nos termos definidos no EDITAL e no CONTRATO.

1.4. A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO e seu cumprimento não prejudicam a aplicação de outras sanções previstas no EDITAL, no CONTRATO, demais ANEXOS, na legislação e na regulação pertinente, aos quais a CONCESSIONÁRIA esteja sujeita.

1.5. Salvo expressa disposição em sentido contrário contida neste ANEXO, termos em letras maiúsculas e não definidos de outra forma terão os mesmos significados a eles atribuídos no CONTRATO, de acordo com o ANEXO L - GLOSSÁRIO, aplicando-se, igualmente, as disposições definidas no CONTRATO a respeito da interpretação dos termos definidos.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. A aplicação das penalidades não se confunde com a aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO e suas consequências.

2.2. Nas hipóteses em que as infrações já estejam expressamente descritas e tipificadas na Tabela 2 – Infrações, Gradação e Incidência, as gradações das penalidades respectivas já foram fixadas de forma a guardar proporcionalidade à correlata infração.

2.3. As penalidades previstas neste ANEXO poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, dependendo da gravidade do ato.

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

2.4. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração, dentre as previstas neste ANEXO, será observado o princípio da especialidade, aplicando-se a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.

2.5. Nas infrações que comprovadamente decorram de força maior, caso fortuito e/ou eventos decorrentes de riscos alocados ao PODER CONCEDENTE, ou que configurem inexigibilidade de conduta diversa, não será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA, desde que o evento alheio à responsabilidade da CONCESSIONÁRIA seja a razão direta e imediata da conduta infracional.

2.5.1. Se identificado que a infração teria ocorrido, ainda que hipoteticamente não se verificasse o evento de força maior e/ou caso fortuito, será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA.

2.5.2. Para os fins previstos no item 2.5, sem prejuízo das disposições do CONTRATO ou do disposto subsidiariamente em regulamentação pela ARSESP, considera-se:

2.5.2.1. Força maior e caso fortuito: o evento assim definido na forma da lei civil e que seja causa direta e imediata de uma infração no âmbito do CONTRATO;

2.5.2.2. Inexigibilidade de conduta diversa: a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulta de culpa da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo.

2.6. Concomitantemente ao processo administrativo sancionatório para a aplicação das penalidades previstas na **Tabela 2**, nos casos em que os efeitos do descumprimento perdurem no tempo, a ARSESP, a seu critério, poderá conceder período adicional para a correção das irregularidades verificadas pela fiscalização, nos termos do CONTRATO, que seja tecnicamente compatível para a realização da obrigação contratual não executada.

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

2.6.1. O não cumprimento da obrigação dentro do novo prazo estipulado acarretará a cobrança de multa moratória à razão de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da penalidade aplicada, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo estipulado até o cumprimento da obrigação.

2.6.2. As multas moratórias, quando aplicadas, não poderão ultrapassar o valor da parcela da obrigação ainda não cumprida.

2.6.3. Decorrido o prazo assinalado pela ARSESP com a correção da irregularidade apontada, a penalidade aplicável pela ARSESP restringir-se-á ao valor previsto neste ANEXO, sem a incidência da multa moratória descrita no item 2.6.1.

2.7. Consideram-se infrações por mora aquelas que decorram do descumprimento de cronogramas ou de datas objetivamente estabelecidos no CONTRATO, ANEXOS e nos planos previstos.

2.7.1. As infrações por mora perdurarão até que a CONCESSIONÁRIA adimpla, ainda que extemporaneamente, a obrigação, purgando a mora, observando-se, para sua determinação, o disposto nos itens 2.6.1 e 2.6.2.

2.8. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver, instalar e manter, ao longo de toda a CONCESSÃO, sistema digital via web específico para gerenciamento das informações, dados e documentos relacionados às penalidades aplicadas pela ARSESP e respectivos procedimentos ou processos administrativos instaurados.

2.8.1. A CONCESSIONÁRIA poderá fornecer aos FINANCIADORES, mediante solicitação, acesso ao sistema de que trata o item 2.6 acima.

2.9. Observar-se-á, para os fins de aplicação das penalidades, além do presente ANEXO, o CONTRATO e demais ANEXOS.

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

3. ADVERTÊNCIA

3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada, em substituição à penalidade de multa, em razão do cometimento de infração da categoria Leve, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

3.1.1. a CONCESSIONÁRIA solicite formalmente a aplicação da advertência, mediante reconhecimento do cometimento da infração objeto da apuração, no prazo definido para apresentação da defesa no processo administrativo;

3.1.2. a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas necessárias à efetiva correção da falta, resultando em comprovada cessação da infração até a data da solicitação;

3.1.3. a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas cabíveis para evitar a ocorrência de falta semelhante;

3.1.4. não tenham sido causados danos significativos pela infração ao PODER CONCEDENTE, ao SERVIÇO, SERVIDORES, USUÁRIOS e terceiros; e

3.1.5. não tenha sido verificada reincidência, observado o disposto no Item 6.9 deste ANEXO.

4. MULTA

4.1. Serão aplicadas multas em virtude de infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA às Cláusulas contidas no CONTRATO e ANEXOS, de acordo com as regras previstas no presente ANEXO, observado o disposto na Cláusula 45 do CONTRATO.

4.2. Na hipótese de descumprimento pela CONCESSIONÁRIA de qualquer obrigação prevista no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus ANEXOS, para a qual não houver cominação de multa específica, esta será calculada usando como referência os valores previstos para infrações similares tipificadas na **Tabela 2**, sempre respeitando os valores mínimos e máximos previstos neste ANEXO, garantindo-se a proporcionalidade entre a infração e a correspondente sanção, mediante observância dos seguintes critérios, quando cabíveis:

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

- i. a natureza e a gravidade da infração;
- ii. a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
- iii. o dano dela resultante ao PODER CONCEDENTE, ao SERVIÇO prestado pela CONCESSIONÁRIA ou aos USUÁRIOS e SERVIDORES;
- iv. as vantagens eventualmente auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- v. a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
- vi. a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO;
- vii. antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

4.3. O valor base da multa, definido na **Tabela 2**, ou através da sistemática do item 4.2, poderá ser aumentado ou reduzido, em razão da presença das circunstâncias agravantes e atenuantes.

4.3.1. São consideradas circunstâncias atenuantes:

- i. O reconhecimento, no prazo de apresentação de defesa administrativa e em substituição a ela, do cometimento da infração, bem como de sua responsabilidade: redução de 30% (trinta por cento) sobre o valor estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA pague espontaneamente a multa após a determinação do seu montante;

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ii. o reconhecimento, antes da prolação de decisão condenatória, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade: redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA pague espontaneamente a multa após a determinação do seu montante;

iii. o reconhecimento, após decisão condenatória e antes da prolação de decisão em sede de recurso administrativo, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade: redução de 10% (dez por cento) sobre o valor da multa constante da decisão condenatória, desde que a CONCESSIONÁRIA pague espontaneamente a multa.

4.3.2. São consideradas circunstâncias agravantes:

i. ter sido a infração cometida mediante fraude ou má-fé: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;

ii. não adoção de medidas alternativas e/ou mitigadoras, no prazo e nos termos recomendados pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARSESP: acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;

iii. exposição de terceiros ao risco de integridade física: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;

iv. destruição de bens públicos: acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;

v. a prática da infração para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;

vi. resultarem da infração danos irreversíveis ao SERVIÇO e/ou terceiros: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

vii. caracterização de reincidência: acréscimo de 20% sobre o valor base estabelecido para a multa.

4.3.3. As somas dos percentuais atribuídos às circunstâncias atenuantes e agravantes não poderão, cada uma, exceder o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa abstratamente previsto para a infração concretamente praticada.

4.3.4. Não poderão ser reconhecidas, cumulativamente, as seguintes situações agravantes e/ou atenuantes:

i. a atenuante prevista no item 4.3.1, inciso III, cumulativamente com a agravante prevista no item 4.3.2, inciso III, prevalecendo a agravante;

ii. Quaisquer das atenuantes previstas no item 4.3.1, incisos I, II ou III, cumulativamente com alguma das agravantes previstas no item 4.3.2, incisos I ou V, prevalecendo a(s) agravante(s).

4.3.5. A atenuante prevista no item 4.3.1, inciso I não se aplica às infrações qualificadas como “infrações por mora”, que decorram do descumprimento de cronogramas ou de datas objetivamente estabelecidos no CONTRATO, ANEXOS e nos planos previstos, conforme item 2.7 acima.

4.3.6. A eficácia das atenuantes previstas nos incisos I e II do item 4.3.1 se submete à condição suspensiva correspondente ao pagamento espontâneo, pela CONCESSIONÁRIA, da multa calculada e aplicada ao final do devido processo administrativo.

4.3.6.1. A superação do prazo estabelecido para a satisfação da multa, sem o seu incondicional pagamento, importará na desconsideração da atenuante aplicada e na adoção das medidas legais ou contratualmente previstas para a cobrança da multa.

4.4. No caso de aplicação de multa, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar o pagamento no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que notificada a respeito da prolação de decisão administrativa definitiva, se outro prazo não for definido, devendo o comprovante de

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

pagamento ser apresentado nos autos do processo administrativo sancionatório no mesmo prazo.

4.4.1. A CONCESSIONÁRIA tem plena ciência de que a ARSESP poderá levar ao conhecimento da respectiva seguradora a abertura do processo administrativo sancionatório, no intuito de assegurar seu eventual direito à indenização, respeitadas as normas previstas na Lei Estadual nº 10.177/1998.

4.4.2. A não apresentação do comprovante de pagamento acarretará a formalização da expectativa de sinistro e da reclamação de sinistro em face da seguradora, sem que outras providências sejam necessárias.

4.5. O não pagamento de multa eventualmente aplicada à CONCESSIONÁRIA, no prazo fixado, importará na incidência automática de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e na correspondente correção monetária pelo IPCA/IBGE, *pro rata die*, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo estipulado até a data do efetivo pagamento.

4.6. O não recolhimento de qualquer multa devida, nos termos e prazos fixados, após conclusão do regular processo administrativo, caracterizará falta grave, ensejando a execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO, nos termos do CONTRATO, sem que outras providências sejam necessárias.

4.6.1. As penalidades pecuniárias eventualmente aplicadas à CONCESSIONÁRIA deverão ser recolhidas na forma da regulamentação vigente, sem prejuízo da inscrição do débito inadimplido no CADIN estadual, e da adoção de medidas para sua cobrança, administrativa ou judicial.

4.7. No processo de cálculo do valor da multa aplicável às infrações relacionadas a INVESTIMENTOS, nos termos da **Tabela 2**, poderão ser considerados adimplementos parciais, desde que emitido o ACEITE PROVISÓRIO.

4.7.1. Na hipótese de ocorrência da situação prevista neste item, os valores indicados na tabela serão reduzidos de forma proporcional ao efetivo ganho operacional propiciado pela parte da infraestrutura entregue em comparação com o contratualmente exigido.

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

4.8. As multas aplicáveis às infrações de natureza continuada incidirão da data de início do descumprimento da obrigação até a data de retomada do cumprimento da obrigação, ou da data de decurso do prazo fixado, contratualmente ou por determinação da ARSESP, até a data em que seja verificado o adimplemento da obrigação ou o atendimento da determinação, sem necessidade de nova intimação para tanto.

4.8.1. Para efeito de cessação do cômputo da multa aplicável às infrações de natureza continuada, caberá à CONCESSIONÁRIA comunicar à ARSESP a retomada do cumprimento da obrigação contratual ou o atendimento da determinação fixada, apresentando provas inequívocas dos fatos alegados, mediante o encaminhamento de relatórios que contenham laudos, inclusive fotográficos, se necessário, ou por outros meios aptos à comprovação das informações apresentadas.

4.8.2. Nas infrações com multas de incidência mensal, a fração de mês será considerada como mês integral:

- i. independentemente do número de dias, no primeiro mês em que ocorrer a infração;
- ii. se igual ou superior a 15 (quinze) dias, nos demais meses.

5. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

5.1. O impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta ou indireta do ESTADO e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderão ser aplicadas, respeitadas as regras legais de competência, no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, destacando-se aquelas previstas no artigo 156, §§4º e 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, quando conduzirem à decretação da caducidade da

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

CONCESSÃO, considerando-se, ainda, as seguintes circunstâncias, com vistas à garantia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade:

- i. a natureza e a gravidade da infração;
- ii. a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
- iii. o dano resultante ao PODER CONCEDENTE, ao SERVIÇO prestado, ou aos SERVIDORES e USUÁRIOS;
- iv. as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- v. a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
- vi. a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e
- vii. os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

5.2. A penalidade de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo será aplicada por prazo não superior a 3 (três) anos.

5.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

5.3.1. A reabilitação deverá ser requerida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade exigidos, cumulativamente: (i) reparação integral do dano causado à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; (ii) pagamento de multa; (iii) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; (iv) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e (v) análise jurídica

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos elencados neste item.

6. PROCEDIMENTO

6.1. A apuração das infrações, bem como a aplicação das penalidades ou de quaisquer outras medidas restritivas de direitos previstas no CONTRATO e neste ANEXO, ressalvada a imposição de medidas acautelatórias pela ARSESP, serão precedidas da instauração de processo administrativo sancionatório, regido pela Lei Complementar nº 1.413/2024, e seguirão o regramento estabelecido no CONTRATO e neste ANEXO, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei.

6.1.1. Aplicam-se aos procedimentos relativos à instrução dos processos administrativos sancionatórios as normas expedidas pela ARSESP sobre a matéria.

6.1.2. O processo de aplicação das penalidades terá início com a notificação da CONCESSIONÁRIA pela ARSESP, devidamente instruída, da qual deverá constar a descrição da irregularidade, assinalando-se prazo para apresentação de defesa prévia, nos termos da regulação emitida pela ARSESP.

6.1.3. Eventuais erros de enquadramento ou de indicação da penalidade cabível pelo agente fiscalizador poderão ser sanados no âmbito do processo administrativo sancionatório, sendo devolvido o prazo de defesa da CONCESSIONÁRIA, caso do saneamento resulte alguma nova informação de natureza fática.

6.2. É possível o processamento de infrações de idêntica tipificação em um mesmo processo administrativo sancionatório, caso em que a eventual aplicação de penalidade considerará a soma do número de infrações cometidas.

6.2.1. Na hipótese de cumulação de infrações com idêntica tipificação em um mesmo processo administrativo sancionatório, a verificação das circunstâncias atenuantes e agravantes previstas neste ANEXO, caso alegadas em defesa prévia por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada separadamente

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

6.2.2. Constatada a ocorrência de circunstâncias atenuantes e agravantes previstas neste ANEXO para apenas uma ou parte das infrações apuradas, a ARSESP e o PODER CONCEDENTE poderão aplicar penalidades separadamente.

6.3. Se a GARANTIA DE EXECUÇÃO vigente for na modalidade de seguro-garantia, a ARSESP poderá, a seu critério, levar ao conhecimento da seguradora a abertura de processo administrativo sancionatório.

6.4. Citada mediante recibo ou por meio eletrônico, caberá à CONCESSIONÁRIA a apresentação de defesa, instruindo-a com os elementos probatórios que julgar convenientes.

6.5. Não acolhidas as razões apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, ou transcorrido o prazo legal sem apresentação de defesa, e concluindo-se pela ocorrência de infração contratual, será aplicada a sanção cabível, intimando-se a CONCESSIONÁRIA.

6.5.1. A intimação sobre a aplicação de penalidades será realizada por meio de notificação escrita, mediante recibo ou enviada eletronicamente.

6.5.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizado junto ao PODER CONCEDENTE o endereço eletrônico pelo qual receberá quaisquer citações, notificações, intimações ou comunicações relativas ao presente CONTRATO, adotando-se como termo inicial para a contagem de prazos o dia útil imediatamente subsequente ao envio da comunicação eletrônica.

6.6. Na hipótese de eventual penalidade aplicada pela ARSESP, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação pela CONCESSIONÁRIA, uma única vez, diretamente à autoridade hierarquicamente superior, no âmbito da ARSESP, à que prolatou a decisão.

6.6.1. O prazo previsto no item 6.6 se aplica aos pedidos de reconsideração, passíveis de apresentação uma única vez.

6.7. O cumprimento das penalidades impostas pela ARSESP não exime a CONCESSIONÁRIA do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades previstas neste CONTRATO e

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ANEXOS, bem como da reparação de eventuais perdas e danos causados ao PODER CONCEDENTE, aos seus empregados, SERVIDORES, USUÁRIOS ou a terceiros, em decorrência das atividades relacionadas com a CONCESSÃO.

6.8. Salvo disposição específica, os prazos serão contados em dias úteis com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

6.8.1. Salvo nos casos expressamente previstos no CONTRATO DE CONCESSÃO, só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão ou entidade.

6.8.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se, no dia do vencimento, o expediente for encerrado antes do horário normal.

6.8.3. Os prazos de meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediatamente seguinte, se faltar exata correspondência.

6.8.4. Será considerado “mês”, para os fins deste ANEXO, o período contado do dia do início ao dia correspondente do mês seguinte, na forma prevista na Lei Federal nº 810/1949, em vigor.

6.8.5. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto

6.9. Considera-se reincidência, para fins deste CONTRATO, a prática de uma mesma infração, dentro do período de 12 (doze) meses, contados da data da primeira infração cometida pela CONCESSIONÁRIA, conforme registrado no TERMO DE FISCALIZAÇÃO.

6.9.1. Para fins de caracterização da reincidência, é desnecessário que, à época da prática da infração reincidente, tenha havido condenação, ou mesmo instauração de processo administrativo sancionatório, referente à infração anterior.

6.9.2. A condenação em sede administrativa pela infração anterior é condição para a aplicação da agravante da reincidência na penalidade da infração posterior.

6.9.2.1. Se, quando da aplicação da penalidade da infração posterior, a condenação pela infração anterior não for definitiva na esfera administrativa, será considerada, a

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

título precário, a aplicação da agravante da reincidência na penalidade da infração posterior, cujos efeitos deverão ser automaticamente desconsiderados, independentemente de solicitação expressa da CONCESSIONÁRIA, na hipótese de não mais subsistir, a qualquer momento e por qualquer razão, a condenação pela infração anterior.

6.9.2.2. O procedimento para compensação decorrente da posterior exclusão da agravante, no caso de não subsistir mais a condenação pela infração anterior, iniciará-se de imediato assim que tal fato for constatado pela ARSESP, ou apontado pela CONCESSIONÁRIA, se o caso.

7. CÁLCULO DAS PENALIDADES

7.1. Os valores das PENALIDADES serão calculados nos termos da **Tabela 1**, cujo valor base corresponde ao valor de 1 (uma) CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA, que deverá ser atualizado segundo sistemática prevista no CONTRATO.

Tabela 1 - Gradações e Percentuais sobre valor base

GRADAÇÃO	PERCENTUAL
Leve	0,25%
Média	0,50%
Grave	1,00%
Gravíssima	2,50%

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

8. VALORES E TIPIFICAÇÃO DAS CONDUTAS

Tabela 2 - Infrações, Gradação e Incidência

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
CONDIÇÕES DE EFICÁCIA			
1.	Impor, no contrato com CERTIFICADOR INDEPENDENTE, condicionamentos que exijam a prévia ciência, anuência, contratação ou aprovação da CONCESSIONÁRIA, da ARSESP ou do PODER CONCEDENTE quanto ao teor ou conteúdo dos documentos a serem produzidos e/ou impor o encaminhamento prévio do relatório a qualquer das PARTES em detrimento da outra como requisitos para realização dos pagamentos devidos	Gravíssima	Violação Pontual
2.	Não apresentar o PLANO DE SEGUROS tempestivamente.	Média	Por infração
3.	Não apresentar o PLANO DE AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÕES E REASSENTAMENTOS tempestivamente.	Média	Por infração

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
GARANTIA DE EXECUÇÃO			
4.	Não prestar a GARANTIA DE EXECUÇÃO	Gravíssima	Por infração
5.	Não renovar ou manter em vigor a GARANTIA DE EXECUÇÃO	Grave	Por infração
PLANO DE SEGUROS			
6.	Não contratar, renovar ou manter em vigor seguro de Riscos de Engenharia	Gravíssima	Por infração
7.	Não contratar, renovar ou manter em vigor seguro de Riscos Operacionais ou Riscos Nomeados	Grave	Por infração
8.	Não contratar, renovar ou manter em vigor seguro de Riscos Ambientais	Grave	Por infração

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
9.	Não contratar, renovar ou manter em vigor seguro de Riscos Acidentes de Trabalho	Gravíssima	Por infração
TERRENOS, PLANO DE EXECUÇÃO, CONSTRUÇÃO DAS QUADRAS			
10.	Não apresentar, corrigir e/ou reapresentar o PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO	Gravíssima	Por infração
11.	Não concluir a ETAPA DE OBRAS das QUADRAS	Gravíssima	Por infração
12.	Não concluir a ETAPA DE MOBILIZAÇÃO das QUADRAS	Gravíssima	Por infração
13.	Não adotar as providências indicadas no momento do ACEITE PROVISÓRIO como necessárias à emissão do ACEITE DEFINITIVO	Gravíssima	Por infração

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
14.	Não adotar as medidas necessárias à recuperação de passivos ambientais indicados no CADERNO DE INVESTIMENTOS ou apontados pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE ou gerados pela própria CONCESSIONÁRIA	Gravíssima	Por infração
15.	Não responder nos prazos previstos à manifestação do PODER CONCEDENTE ou da ARSESP sobre substituição, acréscimo ou reforma de QUADRAS	Gravíssima	Por infração
16.	Deixar de atender às especificações mínimas apontadas como obrigatórias no ANEXO A – CADERNO DE INVESTIMENTOS, ANEXO B – CADERNO DE ENCARGOS e ANEXO C - CADERNO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS – por ocorrência.	Gravíssima	Por infração
17.	Deixar de atender às especificações de descrição e áreas mínimas dos ambientes das QUADRAS apontadas no ANEXO A – CADERNO DE INVESTIMENTOS, por ocorrência	Gravíssima	Por infração

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS			
18.	Não reportar por escrito à ARSESP, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de evento que impacte a prestação dos SERVIÇOS e/ou implique a perda de qualquer condição exigida no CONTRATO.	Gravíssima	Por infração
19.	Deixar de informar por escrito à ARSESP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas qualquer ocorrência anormal ou acidentes que se verifiquem na ÁREA DA CONCESSÃO, independentemente de comunicação verbal	Grave	Por infração
20.	Não transferir ao PODER CONCEDENTE a titularidade das áreas desapropriadas, ao final dos processos judiciais e/ou administrativos que versem sobre as desapropriações e instituição de servidões administrativas, necessárias à realização dos SERVIÇOS objeto desta CONCESSÃO	Grave	Por infração
21.	Não contratar o VERIFICADOR INDEPENDENTE	Gravíssima	Por infração

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
22.	Não cumprir definição e/ou procedimento previstos em especificação técnica emitida pela PODER CONCEDENTE que comprometa a operação das QUADRAS	Grave	Por infração
ESTRUTURA JURÍDICA E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E FINANCEIRAS DA CONCESSIONÁRIA			
23.	Não adotar ou manter em vigor, até a extinção do CONTRATO DE CONCESSÃO, seu objeto social restrito à exploração do objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO na forma de Sociedade de Propósito Específico	Gravíssima	Por infração
24.	Não obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, sobretudo quanto às transações com PARTES RELACIONADAS, de acordo com o previsto na Cláusula 18.3 do CONTRATO e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações)	Grave	Por infração

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
25.	Não contratar a realização de auditoria independente e/ou deixar de apresentar à ARSESP, no prazo definido no CONTRATO, as demonstrações contábeis devidamente auditadas por empresa de auditoria independente nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO	Grave	Por infração
26.	Não subscrever o capital social nos termos do CONTRATO	Grave	Por infração
27.	Não integralizar o capital social nos termos do CONTRATO	Grave	Por infração
28.	Não manter as condições de habilitação técnica, jurídica, fiscal e/ou econômico-financeira apresentadas na licitação, exigíveis de acordo com o momento da execução contratual e a proporcionalidade com as obrigações remanescentes da CONCESSIONÁRIA	Grave	Mensal

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
29.	Alterar a estrutura, alienar quotas da CONCESSIONÁRIA ou praticar qualquer conduta similar de modo que resulte alteração efetiva do seu controle acionário ou do poder de direção sem anuência prévia do PODER CONCEDENTE, exceto assunção temporária pelos financiadores	Gravíssima	Por infração
30.	Constituir como garantia dos financiamentos contratados, os direitos emergentes da CONCESSÃO, sem prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE ou em desacordo com a autorização concedida, quando assim exigido no CONTRATO	Gravíssima	Por infração
31.	Constituir como garantia dos financiamentos contratados ou como contragarantia de operações vinculadas ao cumprimento das obrigações decorrentes do CONTRATO as ações correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA, sem prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE, ou em desacordo com a autorização concedida	Gravíssima	Por infração

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
32.	Deixar de encaminhar à ARSESP, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do envio ou recebimento, cópia de quaisquer comunicações enviadas ou recebidas de FINANCIADORES a respeito de eventos materialmente relevantes aos SERVIÇOS ou aos financiamentos contratados pela CONCESSIONÁRIA	Gravíssima	Por infração
33.	Deixar de dar conhecimento à ARSESP das condições do financiamento e dos instrumentos jurídicos que assegurem a execução do objeto deste CONTRATO	Gravíssima	Por infração
34.	Não submeter à prévia e expressa autorização da ARSESP a prática dos atos indicados no CONTRATO como dependentes de anuência prévia da ARSESP ou praticá-los em desacordo com a autorização concedida	Gravíssima	Por infração
35.	Não informar a prática de atos que devam ser objeto de comunicação à ARSESP, em até 05 (cinco) dias depois da consumação do ato, conforme estabelecido no CONTRATO e ANEXOS	Média	Por infração

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
36.	Não informar à ARSESP a constituição de subsidiárias	Média	Por infração
37.	Proceder à redução do capital social ou adquirir suas próprias ações, durante todo o prazo da CONCESSÃO, sem a prévia e expressa autorização da ARSESP	Gravíssima	Por infração
38.	Não manter garantias e direitos a terceiros sobre ações sem previa anuência da ARSESP	Média	Mensal, por garantia
39.	Deixar de apresentar à ARSESP balancetes mensais de fechamento devidamente assinado por contador, quando solicitados e dentro do prazo determinado pela ARSESP	Média	Mensal
40.	Não divulgar informações financeiras e contábeis na forma prevista na legislação em vigor	Grave	Por infração

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
41.	Não atender as recomendações efetuadas pela ARSESP, com base em auditorias de segurança, dentro do prazo preestabelecido, desde que tenham sido previamente discutidas com a CONCESSIONÁRIA e se enquadrem nos prazos e etapas dos cronogramas estabelecidos e em conformidade com o CONTRATO e ANEXOS	Grave	Por infração
42.	Não cumprimento das diretrizes, normas, especificações, regulamentos, índices e parâmetros estipulados em CONTRATO e ANEXOS	Grave	Por infração
43.	Não comunicar previamente à ARSESP sobre campanhas educativas e/ou ações realizadas	Média	Por infração
44.	Não apresentar, até 30 de abril de cada ano, demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior, incluindo relatório da Administração, Balanço Anual, Demonstração de Resultados, Quadros de Origem e Aplicação de Recursos, notas de balanço, parecer dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal, se permanente ou se instalado no respectivo exercício social e relação dos bens patrimoniais, nos termos exigidos pela ARSESP	Gravíssima	Por infração

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
45.	Não apresentar, até 31 de agosto de cada ano, Relatório Auditado da situação contábil incluindo balanço, demonstração de resultados correspondentes ao semestre encerrado em 30/06, nos termos exigidos pela ARSESP	Gravíssima	Por infração
46.	Não apresentar até 31 de março e 30 de setembro de cada ano informação atualizada das projeções financeiras da CONCESSÃO, considerando os resultados reais obtidos desde o início da CONCESSÃO até o semestre anterior e os resultados projetados até o fim do prazo de CONCESSÃO, utilizando os mesmos modelos e critérios aplicados para a elaboração das projeções financeiras integrantes na proposta, nos termos exigidos pela ARSESP	Grave	Por infração
47.	Não entregar certificados ou novas apólices de seguros, se houver, com os valores exigidos em CONTRATO, no prazo de vencimento da apólice anterior	Grave	Por certificado ou apólice não entregue.
48.	Não entregar cartas de fiança, títulos da dívida pública, certificados ou novas apólices de seguros, se houver, com os valores exigidos em CONTRATO, no prazo de vencimento da apólice anterior	Grave	Por carta de fiança, título da dívida pública,

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
			certificado ou apólice não entregue
49.	Deixar de renovar, anualmente, a contar da data da assinatura do CONTRATO, os documentos de regularidade relativos ao INSS e ao FGTS, bem como de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, durante o prazo da CONCESSÃO, encaminhando os documentos à ARSESP	Grave	Por infração
50.	Não apresentar previamente plano de contingências para obras envolvendo a segurança do trabalhador e de terceiros, para cobrir eventuais emergências, bem como plano de garantia de qualidade das obras, devidamente certificado por organismo credenciado	Grave	Por infração
51.	Não informar a ARSESP, em até 5 (cinco) dias contados da ciência pela CONCESSIONÁRIA, sobre a instauração de processos administrativos ou judiciais em seu desfavor, bem como sobre a lavratura de autuações ou imposição	Média	Por infração

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
	de multas que tenham relação com a execução do CONTRATO, incluindo aquelas de natureza cível, ambiental, trabalhista e fiscal		
52.	Não Informar a ARSESP, quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo que possa implicá-lo em decorrência de questões ligadas ao CONTRATO, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo	Média	Por infração
53.	Deixar de obter as certificações de qualidade exigidas no CONTRATO e ANEXOS	Média	Mensal
54.	Deixar de manter ou de exigir que seus contratados mantenham a regularidade perante os Conselhos profissionais e demais entidades de fiscalização competentes	Média	Por infração
55.	Deixar de elaborar ou de apresentar à ARSESP as informações ambientais listadas no CONTRATO E ANEXOS	Grave	Por infração

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
56.	Deixar de cumprir exigências estabelecidas nas LICENÇAS AMBIENTAIS e de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA	Grave	Por infração
57.	Deixar de obter ou de manter vigentes as LICENÇAS AMBIENTAIS exigidas pela legislação ambiental para a preparação, instalação e operação do SERVIÇO	Grave	Por infração
58.	Explorar RECEITAS ACESSÓRIAS em desacordo com as regras do CONTRATO	Média	Mensal
59.	Explorar ou auferir RECEITA ACESSÓRIA sem compartilhar os valores auferidos com o PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.	Média	Por contrato, sem prejuízo do pagamento retroativo, devidamente atualizado

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRAACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
60.	Realizar exploração de fontes alternativas e complementares de RECEITAS ACESSÓRIAS que possam comprometer a segurança da operação dos SERVIÇOS	Grave	Mensal
61.	Empregar elementos de divulgação contendo informações que possam induzir o público ao erro	Média	Por infração
62.	Não adotar ou instituir, nos prazos fixados no CONTRATO e ANEXOS, o PLANO DE AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO E DE REASSENTAMENTO e o PLANO DE INTERVENÇÃO EM IMÓVEIS TOMBADOS	Grave	Mensal
63.	Não realizar, em até 60 (sessenta) dias após o final das ações de reassentamento definitivo, o registro da transferência da unidade habitacional junto ao Cartório de Registro de Imóveis.	Grave	Por infração
64.	Não realizar, em até 60 (sessenta) dias após o final do processo de desapropriação ou da assinatura do acordo, o registro da desapropriação junto ao Cartório de Registro de Imóveis, em nome da Fazenda do Estado de São Paulo.	Grave	Por infração

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
65.	Não adotar ou instituir os demais planos previstos no CONTRATO e ANEXOS	Média	Mensal
66.	Deixar de realizar a atualização dos planos previstos no CONTRATO e ANEXOS, quando necessário, ou, ao menos, anualmente, nos termos do item 4.7 do ANEXO B - CADERNO DE ENCARGOS	Média	Mensal
67.	Praticar atos de desobediência ou oposição à ação da fiscalização	Grave	Por infração
68.	Não oferecer aos USUÁRIOS e SERVIDORES quaisquer dos canais de comunicação previstos no CONTRATO e ANEXOS	Grave	Mensal
BENS REVERSÍVEIS			
69.	Não elaborar o INVENTÁRIO dos BENS REVERSÍVEIS	Gravíssima	Mensal

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
70.	Não manter atualizado nos termos do CONTRATO e ANEXO C – CADERNO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS o INVENTÁRIO dos BENS REVERSÍVEIS	Grave	Mensal
71.	Não entregar à ARSESP, quando solicitado, INVENTÁRIO dos BENS REVERSÍVEIS, devidamente atualizado.	Grave	Por infração
72.	Não registrar na contabilidade da CONCESSIONÁRIA os BENS REVERSÍVEIS, incluindo sua distinção em relação aos bens privados	Grave	Mensal
73.	Utilizar ou disponibilizar, a qualquer título, os BENS REVERSÍVEIS fora das hipóteses previstas no CONTRATO	Grave	Por BEM REVERSÍVEL, por mês
74.	Tentativa ou consumação de fraude no INVENTÁRIO dos bens integrantes da CONCESSÃO	Gravíssima	Por infração

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
75.	Não retornar ao PODER CONCEDENTE os BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, que tenham sido transferidos ou disponibilizados, nos termos do CONTRATO	Grave	Por BEM REVERSÍVEL
76.	Alienar, transferir ou constituir ônus, de qualquer natureza, dos BENS REVERSÍVEIS, sem a anuência prévia da ARSESP	Média	Por BEM REVERSÍVEL, por mês
77.	Não mencionar expressamente a vinculação à CONCESSÃO nos negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA que envolvam os BENS REVERSÍVEIS	Média	Por BEM REVERSÍVEL, por mês
78.	Não transferir ao PODER CONCEDENTE ou a quem este indicar, ao final da CONCESSÃO, independentemente de sua causa, todos os BENS REVERSÍVEIS em perfeito estado de uso, conservação e funcionamento	Grave	Por BEM REVERSÍVEL, por mês
79.	Realizar dissolução, partilha do patrimônio ou distribuição de valores a qualquer título entre acionistas da CONCESSIONÁRIA antes que: (i) a ARSESP emita o TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, atestando que os bens	Grave	Mensal

PROCESSO Nº 021.00001117/2025-74
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-006/2025
PPP CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
	revertidos se encontram em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos; e (ii) esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou qualquer outro título.		
80.	Não adotar as medidas necessárias para transferência de titularidade das LICENÇAS AMBIENTAIS e das demais obrigações ambientais	Grave	Mensal
81.	Não manter, caso materializada a hipótese prevista no item 6.3 do EDITAL, a CONTA DE RECURSOS VINCULADOS, aberta junto ao AGENTE FIDUCIÁRIO ou mantê-la em condições substancialmente distintas daquelas constantes do CONTRATO sem anuência prévia do PODER CONCEDENTE.	Grave	Mensal